

AGENTES RELIGIOSOS E O ENFRENTAMENTO AO REGIME CIVIL-MILITAR NO BRASIL

RELIGIOUS ACTORS AND THE CONFRONTATION
TO THE CIVILIAN-MILITARY REGIME IN BRAZIL

João Marcus Figueiredo Assis¹

RESUMO

A religião, como aspecto constituinte da identidade nacional, é uma instituição importante para a análise da sociedade brasileira, especialmente em determinados períodos históricos. Este artigo verifica como determinados agentes religiosos enfrentaram o regime ditatorial no Brasil. Para tanto, essa reflexão centra-se em depoimentos de agentes religiosos católicos e seu enfrentamento ao Regime. Mas, para além de centrar-se apenas em memórias, o artigo procura cotejar esses relatos com os arquivos do Grupo Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais e financiado pela FAPERJ. Na busca da compreensão das diferentes experiências e do significado da vivência religiosa no envolvimento e/ou no impulso para o social e político, organizaram-se as narrativas e as representações dos entrevistados. Com isso, pensou-se ser possível apontar um saber compreensivo sobre as suas atitudes naquele período.

Palavras-chave: Igreja Católica. Regime Militar. Memória. Movimentos sociais. História oral.

ABSTRACT

Religion, as a constituent aspect of national identity, is an important institution for the analysis of Brazilian Society, especially in certain historical periods. This article intends to investigate how certain religious actors faced the dictatorship in Brazil. For this, this discussion focuses on the testimony of Catholic religious actors and its confrontation to the Dictatorial Regime. But beyond focusing only on memories, the article attempts to collate these reports with files from Documental Cultural, Religion and Social Movements Group and financed by FAPERJ. In the pursuit of understanding the different experiences and the meaning of religious life in the involvement and/or on the impetus for the social and political, we organized the respondents narratives and representations. Thus, it was thought to be possible to point an understanding knowledge about their attitudes in that period.

Keywords: Catholic Church. Military Regime. Memory. Social movements. Oral history.

¹ UNIRIO - Professor Adjunto do CCH da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e do Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos. Coordenador do Grupo de Pesquisa "Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais", no qual desenvolve pesquisas e orienta alunos em temáticas que envolvem esses três eixos temáticos. Essas pesquisas têm financiamento da FAPERJ e do CNPq, instituições às quais agradeço pelo apoio. E-mail: jmfassis@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

Parece ser consenso que a religião no Brasil apresenta aspecto indissociável da constituição social, política, econômica e cultural mais abrangente. Seguindo tal raciocínio, não podemos dispensar a análise da sociedade brasileira sem levarmos em conta a presença de determinadas instituições religiosas. Queremos aqui analisar um período político recente no Brasil denominado nas rodas intelectuais como Regime Ditatorial Civil-Militar, o qual compreende mais estritamente, embora haja variações, os anos de 1964 a 1985.

De uma forma mais estrita, ater-nos-emos ao enfrentamento de agentes religiosos católicos ao regime instaurado naquele período. O presente texto é resultado de informações advindas de nossa pesquisa em andamento sobre a temática. Essa pesquisa é desenvolvida no conjunto do Grupo Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais e possui financiamento da FAPERJ. Ressaltaremos justamente os diálogos possibilitados pelos encontros e confrontos entre os documentos arquivísticos e a oralidade na (re)constituição dos fatos ligados a nossos depoentes. Esses podem ser considerados mais do que depoentes, mas colaboradores, uma vez que somente por intermédio das lembranças de suas experiências algumas informações relevantes podem ser repassadas.

Na construção deste texto, consideramos relevante identificar elementos que nos ajudem a compreender as relações entre documento e oralidade na constituição das memórias sobre o período. cremos que, mais do que contradições, a oralidade e a escrita podem apresentar aproximações criativas para a construção de um pensamento sobre a realidade, em que nenhuma das duas esferas possui a completude da verdade.

Firmamos nossa análise para além da estreiteza de um único campo de sedimentação das memórias. Portanto, não optamos por uma polarização entre o oral e o escrito, ou pela submissão de um sobre o outro. Na busca da compreensão das diferentes experiências e do significado da vivência religiosa no envolvimento e/ou no impulso para o social e político, tentamos organizar as narrativas e suas representações até aqui apresentadas pelos entrevistados. Com isso pensamos poder apontar um saber compreensivo sobre suas atitudes naquele período.

A pesquisa sobre arquivos e narrativas visa a dar continuidade à nossa perspectiva interdisciplinar, que tem como interesse geral as inter-relações da Religião, dos Arquivos e dos Movimentos Sociais.² Abordamos as vinculações entre práticas sociais e universo religioso, de forma especial em seus aspectos de construção do conhecimento popular pela produção, disponibilização, circulação, utilização e reapropriação de produtos documentais entendidos aqui como uma extensa forma de registros de informação, tanto institucionais quanto pessoais ou vinculados a práticas de coletividades de agentes sociais, os quais constituem redes de pertencimento e de circulação de conhecimentos.

Buscamos ainda pesquisar os referenciais institucionais vinculados à produção, organização e disponibilização do documento e sua relevância social, de forma especial os arquivos, em sua relação com movimentos sociais e populares, no que tange aos enfrentamentos de agentes e instituições ao regime ditatorial civil-militar instalado no Brasil a partir do ano de 1964.

Como perspectiva específica, propomos como estudo as ações de agentes religiosos no enfrentamento dos aparelhos estatais durante o regime militar. Nosso esforço é por compreender

² Tal perspectiva foi iniciada com o Projeto Arquivo, Religião e Movimentos Sociais: Dom Adriano Hypólito como modelo identitário católico na Baixada Fluminense-RJ – Financiado pela FAPERJ.

como as diversas narrativas (documentais ou orais) constroem registros identitários religiosos em torno da figura referencial do comprometimento social e suas memórias.

A presença de setores das Igrejas cristãs, em especial da Igreja Católica, apresenta-se como significativa no sentido de se constituir, juntamente com diversos outros segmentos culturais, sociais e políticos, em expoente de resistência ao regime ditatorial. Nosso campo de investigação teve início pela Diocese de Nova Iguaçu, devido a seu caráter politizado de religião desde os anos sessenta e a nossas abordagens anteriores sobre esse espaço. Entretanto, passamos a perceber a relevância da ampliação desse universo espacial. Estamos nos voltando, atualmente, para a complexidade de formas e grupos de ação que partem ou se vinculam ao universo católico no Brasil. Passamos a perceber a importância dos movimentos estudantis e operários, de forma mais direta nas ações de enfrentamento do regime ditatorial.

Nosso trajeto de pesquisa vem se voltando para a identificação das narrativas sobre a perseguição e o enfrentamento ao regime ditatorial no Brasil e as significações apresentadas pelos agentes na construção de elementos identitários tanto no que se refere ao âmbito pessoal, assim como no âmbito institucional religioso ou sociopolítico.

Por outro lado, faz-se necessário pesquisar conjuntos documentais sobre tais agentes, em especial aqueles produzidos pelos órgãos de repressão. Interessa compreender o caráter de controle sobre ações religiosas, culturais, sociais ou políticas imputado ao documento arquivístico. Dessa forma podemos melhor compreender reivindicações atuais sobre acesso à informação. É necessário ainda avaliar essa produção e utilização documental tanto pessoal de tais agentes quanto de associações, sindicatos ou partidos, em vista da compreensão de questões ligadas ao acesso à informação;

Fundamental para nossa pesquisa é abordar a penetração atual da projeção das memórias coletivas desse enfrentamento sobre as diversas construções identitárias pessoais e coletivas, assim como sobre os processos de solidificação dos Direitos Humanos delas decorrentes.

2 ARQUIVOS E NARRATIVAS

Em seu trabalho sobre a Igreja Católica e a Política no Brasil, Mainwaring (1989) aponta a Diocese de Nova Iguaçu como exemplo no trabalho desenvolvido com os movimentos populares. Embora reconheça o papel da Igreja como instituição, nesse processo de estruturação das lutas populares, ressalta, referindo-se à Diocese, que

O apoio do bispo às atividades progressistas na base tem sido decisivo, mas são as organizações de base e não o bispo que têm mais importância no apoio aos movimentos populares. Além disso, foi através da capacidade de fortalecer a sociedade civil (especialmente os movimentos populares) e não de suas negociações com a elite política local, que a Igreja teve mais impacto político (1989, p. 208-209).

Nesse período conturbado da história do Brasil, o regime de exceção instaurado em 1964, a Igreja Católica iniciou um processo de mudanças que levou a uma aproximação com os movimentos reivindicatórios. Foram relevantes os espaços de conscientização e mobilização por meio de diversos trabalhos pastorais, como Círculos Operários, Clubes de Mães, Grupos de Jovens, entre outros.

O mesmo autor expõe ainda uma legitimidade física por parte de setores da Igreja Católica, que foi a abertura de espaços de reunião, como salões, igrejas e capelas. Por último, referindo-se à Diocese de Nova Iguaçu, cita um apoio ou uma legitimação moral, pela confiabilidade creditada à Diocese como instituição, pela presença de padres nos meios populares e pela ação do bispo já falecido Dom Adriano, que expressava claramente seu apoio aos movimentos populares.

A partir dos estudos das ações do referido bispo, percebemos que elas são ampliadas pela adesão de diversos outros agentes religiosos, como leigos/leigas, padres, religiosos/as. O estudo sobre o conjunto de suas ações permite-nos conhecer estratégias e táticas de enfrentamento ao Regime Civil-Militar pelo viés das práticas religiosas. Possibilita ainda compreendermos a constituição das Memórias Sociais (HALBWACHS, 1990, 1994; POLLAK, 1989, 1992; POMIAN, 2000) que contribuem para a construção de identidades religiosas, sociais e políticas em perspectiva inter-relacional, em especial na Baixada Fluminense.

Outro aspecto que nos parece importante é o entendimento das ações de controle e repressão dessas atividades indicadas acima pelos aparelhos dos órgãos de repressão. O estudo sobre processos documentais será imprescindível para essa análise (FICO, 2008; ANTUNES, 2008). A necessidade e a urgência desse trabalho encontram-se firmadas na possibilidade de coletarmos informações deveras relevantes para a compreensão dos sentidos de tais ações, em especial pela idade avançada em que se encontram nossos depoentes. De outra forma, as lembranças dessas pessoas poderão estar fadadas ao desaparecimento na impossibilidade dos contatos diretos com os depoentes.

Nesse sentido, o recurso à História Oral é de fundamental importância. O diálogo com as narrativas orais e a memória possibilita não uma hierarquização de fontes, entre o escrito e o oral, mas um reforço de suas especificidades e suas aproximações. Portanto, as memórias dos agentes religiosos revelam, em consonância com as fontes documentais, um acesso não somente ao passado, mas às representações sobre tal passado, tomando como base as experiências dos depoentes e seu lugar no presente.

Aspecto destacado por Paul Thompson (2002) é o caráter interdisciplinar da História Oral. Como Grupo de Pesquisa composto por áreas de conhecimento em diálogo³, tal metodologia possibilita a ampliação da análise das falas dos entrevistados. O autor destaca, em sua experiência com a História Oral, a necessidade de atenção para com interesses próprios da Sociologia, da Antropologia, da História, da Psicologia e da Psicanálise, uma vez que as narrativas abrem espaço para diferentes abordagens sobre as ações humanas.

A compreensão da realidade bastante complexa como a desse período histórico brasileiro exige uma ampliação nas perspectivas de pesquisa. Verificamos a necessidade de estarmos atentos às consequências da perspectiva política de tais agentes religiosos, seu envolvimento subjetivo na luta pela redemocratização política e pela organização popular, assim como a constituição de estratégias informacionais via produção, organização e utilização documental.

Nossa principal meta é a identificação e a análise de práticas e táticas de agentes religiosos. Na perspectiva de Certeau (1994), as práticas e as táticas transformam-se em modos de constituição de formas de sobrevivência em meio a adversidades cotidianas. Duas referências serão fundamentais: os documentos e as narrativas. As ações de tais agentes religiosos identificam modos de pensar e

³ Os componentes do Grupo responsável pelo desenvolvimento desta pesquisa pertencem a diferentes áreas de conhecimento, como Psicologia, Sociologia, Educação, Ciência da Informação.

de adesão a projetos reivindicatórios e de cunho crítico em relação ao regime ditatorial. Pensamos que chegar ao conhecimento das intenções desses agentes por meio de suas práticas nos permite relacionar as implicações religiosas na condução dos movimentos sociais, associativos e políticos daquele período.

Entretanto, nossa meta não se destina exclusivamente ao recorte temporal do período ditatorial civil-militar no Brasil. Pelo viés dos estudos da Memória, buscamos relacionar as narrativas e os documentos à constituição de expectativas quanto ao presente e ao futuro pensado por tais agentes. Suas ações atuais, seus engajamentos políticos, o desenvolvimento de projetos sociais, culturais e religiosos devem motivar a reconstrução dos fatos por meio de suas lembranças. Portanto, entendemos que a Memória nos permite elucidar aspectos mais amplos sobre as identidades construídas por pessoas e coletividades.

Pelo aspecto documental, podemos compreender como tais ações eram representadas tanto pelos agentes envolvidos quanto para as instituições que os abrigavam, como a Igreja Católica, por um lado, e os órgãos de controle e repressão por outro. Portanto, o documento, seja aquele entendido mais especificamente como arquivístico, ou como aquele mais geralmente entendido como uma ampla gama de registros (pessoais ou coletivos), é um elemento fundamental para o conhecimento das estratégias de manutenção e duração temporal tanto do controle de atividades consideradas como perigosas ou subversivas quanto de maneiras de articulação e envolvimento em processos sociais de mobilização e conscientização religiosa em perspectiva sociopolítica.

A investigação sobre as memórias dos agentes religiosos acontece, portanto, por meio de pelo menos dois veículos: os documentos e as narrativas. No primeiro grupo, estão as Instituições Arquivísticas de guarda de documentação sobre ações de indivíduos e de coletividades. Tais instituições seriam os Arquivos da Diocese de Nova Iguaçu e da Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. São igualmente relevantes para nossa investigação outros conjuntos documentais, como os pertencentes a pessoas, a Sindicatos, a Associações e a Partidos Políticos. A princípio mapearemos os conjuntos documentais existentes em tais instituições, não deixando de estar atentos para a possibilidade de ampliação desse quadro.

Como segundo veículo de informações pertinentes, temos as narrativas dos agentes envolvidos, assim como de outros agentes que com eles tiveram contato, caso seja necessário.

Identificamos nesses dois veículos nossos meios principais para coleta de informações. Entretanto, queremos identificar ainda outros processos comunicativos ou informacionais pelos quais esses dados são transmitidos, tais como eventos e encontros de formação, folhetos, celebrações, cartas, relatórios, diários, fotografias, entre outros, que se fizerem presentes, em especial, a partir dos contatos diretos com os agentes entrevistados.

Em vista do exposto acima, os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa são, privilegiadamente, a Pesquisa Documental e a História Oral, a partir da qual lançamos mão da coleta de narrativas orais por meio de entrevistas semiestruturadas. A História Oral é aqui entendida não somente como instrumento de complementação da ausência do documento arquivístico, mas em uma situação de diálogo com esse. Nossa análise levará em conta, sobremaneira, a visão de mundo apresentada pelos narradores a partir de suas impressões sobre a experiência relatada. Nesse aspecto buscamos mais aproximar do que distanciar as metodologias da História Oral e da etnografia.

A coleta das entrevistas é feita por meio de filmagem e não somente por gravação de voz, dependendo de nossas condições e do aceite do entrevistado. Dessa forma pretendemos ampliar nossas categorias de análise incorporando à narrativa oral toda a dinâmica corporal, como bem alertou Walter Benjamin (1986) ao tratar do narrador. As filmagens e as falas, sendo que as narrativas orais serão transcritas visando, sempre que possível, à disponibilização de seu conteúdo em vinculação com a imagem filmada.

Nossa amostragem de entrevistados foi iniciada com a indicação dos principais nomes de agentes religiosos que tiveram atuação de mobilização social e popular durante o período ditatorial. Hierarquizamos os nomes em vista da relevância de sua participação. A partir de um depoente inicial, iremos confirmando os nomes da listagem, seu grau de importância, bem como montando a rede de entrevistados, mapeando de forma mais completa os possíveis entrevistados. Nossa amostragem seguirá, portanto, os moldes não aleatórios, mas direcionadas pela contribuição dos próprios depoentes.

3 DOCUMENTOS E NARRATIVAS – APROXIMAÇÕES PELA HISTÓRIA ORAL

As reflexões intelectuais produzidas na utilização da metodologia da História Oral permitem-nos ampliar a análise sobre a temática, uma vez que se aproxima do universo arquivístico por sua expectativa documental. Um dos recursos de análise em História Oral se encontra na produção documental. Por outro lado, ou de forma complementar, a relevância da História Oral está em não se constituir em um puro método de produção documental a partir de uma “fala verdadeira”. Isso significa que o foco se encontra na produção sobre a visão de mundo dos entrevistados mais do que na pureza objetiva dos fatos por eles narrados.

Nesse ponto nosso debate se concentra no questionamento sobre os limites das análises arquivísticas sobre formas de interpretar ou apresentar o mundo sem o interesse precípuo ou irremediável de constituição de verdades. Levando-se em consideração o trabalho de constituição de memórias a partir de determinados grupos ou agentes, podemos entender que, diversas vezes, a narrativa está menos interessada no fato tomado como verdadeiro e mais na sua inscrição no campo da reflexão sobre experiências e vivências. Sem a intenção da verdade, como entender a validade de tais narrativas, se formos levados pela captura da veracidade?

O trabalho de pesquisa sobre o acervo de Dom Adriano Hypólito ajuda-nos a refletir sobre tal temática. A utilização de seu acervo documental potencializa a constituição, a manutenção e a difusão de um ideário católico para a Baixada Fluminense. Tal pesquisa leva em conta como os agentes, direta ou indiretamente vinculados à memória desse bispo, (re)assumem e (re)transmitem ou questionam esse ideário.

Arquivologia é um saber que se compõe de práticas, procedimentos e teorias milenares, ajustadas, revistas e aplicadas desde a antiguidade. Entretanto, tais elementos foram consolidados em um campo próprio de conhecimento a partir dos interesses emanados do nacionalismo e do historicismo do século XVIII.

A Revolução Francesa é um marco fundamental para a afirmação do conhecimento arquivístico, uma vez que inaugura, na era moderna, a consciência da acessibilidade aos documentos de interesse

nacional. Nesse período afirma-se a noção de um Arquivo Nacional contendo os documentos que não mais representariam uma classe privilegiada, da qual seriam seu suporte. Mesmo que tal ideia não seja completamente satisfeita na prática, os documentos passam a ser compreendidos como suporte para a consolidação da cidadania, para a constituição da identidade nacional. Os documentos passam a ser entendidos como um patrimônio nacional, o qual todo cidadão poderia acessar para reivindicar ou consolidar seus direitos.

Ao lado do valor administrativo dos documentos de arquivo, consolidado durante milênios, o valor de prova (histórica, jurídica, testemunhal) passa também a se afirmar. A Arquivologia, em seu início e durante décadas, passa a ser compreendida como suporte para o conhecimento histórico. Os Arquivos são entendidos por alguns como um depósito de elementos de valor administrativo ou histórico cujos documentos são fundamentais para a compreensão da realidade.

Podemos pensar que uma forma de pensamento positivista presente em diversos campos científicos atribuiu aos Arquivos e à Arquivologia uma função especial no que concerne à guarda de instrumentos para a elaboração de um conhecimento tomado como verdadeiro e certo. Tal sucesso se deve também à consolidação de longa duração da escrita como forma privilegiada de inscrição de verdade.

Por outro lado, pensando em uma “História dos Arquivos”⁴, podemos perceber as transformações das práticas e do pensamento arquivístico conforme as visões sobre o documento e suas funções foram sendo modificadas, revolucionadas, transformadas. Na ampliação do conceito de documento, os conhecimentos histórico e sociológico foram percebendo os limites do trabalho estritamente documental, escrito, arquivístico. A arquivologia passa, então, a se perceber em meio a uma crise de suas atribuições quanto à guarda documental. Os apelos pela disponibilização e pelo acesso documental, as tecnologias de informação e comunicação foram, paulatinamente, agravando essa crise.

A arquivologia contemporânea encontra-se em busca de soluções, revisões e transformações de seus quadros teóricos e práticos para responder às exigências do mundo hodierno. O fazer e o saber tradicionais devem ser equilibrados com as exigências e cada vez mais rápidas transformações. Pensamos que talvez esse aspecto seja o mais impactante, a rapidez com que acontecem as mudanças nos diferentes quadros sociais, políticos, econômicos, culturais, informacionais. Mudanças e adequação a novas formas de proceder e pensar a administração dos documentos foram sempre uma constante na organização dos arquivos. Em determinadas épocas, mais lentas, em outras, mais ligeiras. As revisões e as mudanças, porém, de certa forma constantemente ocorreram.

Nossa preocupação aqui é pensar que as crises na Arquivologia aconteceram com menores ou maiores impactos conforme as condições sociais de cada época. Quando novas tipologias documentais exigiram ingresso no rol dos documentos arquivísticos, revisões e adequações tiveram que ocorrer. A mudança de postura da História quanto aos conjuntos documentais relevantes para o trabalho de interpretação do passado trouxeram mudanças também na Arquivologia, área muitas vezes entendida como subsidiária daquela. Portanto, uma nova postura frente aos documentos, ou ao entendimento sobre o que deve ser considerado dentro da conceituação de documentos trouxe também significativas mudanças na postura dos arquivistas. Se não por convicção desse profissional, então por exigências renovadas dos usuários.

⁴ SILVA et. al. **Arquivística**. Teoria e prática de uma ciência da informação. Lisboa: Edições Afrontamento, 2002.

A busca por soluções de uma crise causada pelas novas exigências sociais deve tomar cuidado para não descaracterizar o papel do arquivista e dos Arquivos. Entretanto, além de prudente, deve ser arrojada no sentido de entabular diálogos com os diversos campos de conhecimento científico sem, no entanto, diluir-se neles. Os segmentos da Arquivologia que hoje buscam afirmar um caráter de reflexão científica podem investir em apoios teórico-metodológicos que ajudem a ampliar a análise de sua situação social, seus limites e suas perspectivas.

Tomamos como ponto de partida de nossa reflexão a abordagem de Luciana Duranti (1994) sobre as novas perspectivas para a Arquivologia contemporânea. Sua preocupação para com os fazeres e os saberes arquivísticos tradicionais aponta um caminho de diálogo do contemporâneo com o tradicional. O tradicional é entendido pela autora como um saber consolidado, ao mesmo tempo que pode ser reavaliado. Serve como ponto de inflexão. Os conceitos nos quais os arquivistas se encontram hoje apoiados não perdem sua validade em meio às exigências de transformação acelerada.

Duranti retoma, portanto, os principais elementos que identificam o documento arquivístico, visando a demonstrar os recortes necessários para entender com qual universo documental lida o arquivista. Sua preocupação parece ser a de clarificar em que pontos a Arquivologia deve se fixar para entabular o debate. As características de organicidade, veracidade, originalidade, unicidade e autenticidade vinculam-se às exigências administrativas para as quais o documento arquivístico deve se reportar. Tal tipologia apresenta o diferencial arquivístico para com outros entendimentos sobre o aporte documental. Tais exigências garantem a confiabilidade necessária para o qualificativo testemunhal de prova documental. Esquecendo tais características, o fundamento arquivístico seria diluído em noções por demais amplas.

A preocupação da autora é a de reafirmar a relevância do arquivista em continuar se comprometendo com o resguardo desses elementos como fundamentais para a confiabilidade do documento. Apresenta diversos contextos legais em que o documento arquivístico, resguardadas suas características essenciais, apresenta-se como prova de algum ato. Este parece ser o foco principal de sua argumentação: a preservação da confiança de que o documento de Arquivo possa se comportar dentro dos parâmetros legais, identificando assim sua função social.

Sua argumentação segue em direção à confusão causada pelas transformações contemporâneas no que diz respeito a processos documentais e informacionais. Nesse caso é que os processos e as teorias tradicionais devem ser retomados. Servem como suporte para o debate no contexto das transformações. Segundo Duranti, somente a partir dessa base é possível entabular um diálogo sobre o papel do Arquivista e da Arquivologia.

O que nos interessa é contribuir para o diálogo, propondo uma análise das fronteiras da função documental como caráter de prova para a composição da investigação de contextos sociais. Estamos interessados em abordagens nas quais o documento arquivístico dialogue com outras formas de composição do real sem a fixação nos critérios de verdade. A História Oral tem nos permitido avaliar tais condições.

Portanto, longe de propormos um desligamento entre documento e narrativa, ou o abandono dos critérios de prova documental, apresentamos nosso interesse justamente nas interfaces possíveis entre os dois universos de montagem de visões sobre a realidade. Para isso as relações entre fontes escritas e fontes orais se fazem necessárias. Côncios da impossibilidade de esgotamento do assunto, apresentamos algumas proposições já iniciadas sobre as relações entre oralidade e escrita.

Chamam nossa atenção as condições apontadas por Luciana Duranti para que o documento arquivístico possa ser caracterizado como prova em um processo legal. O cercamento da veracidade do documento é um processo bastante intrincado e complexo. As fontes orais passam por processos semelhantes de cercamento, talvez até com maior intensidade. A confiabilidade para com a escrita foi formada ao longo dos séculos, especialmente dentro do contexto denominado como ocidental. Tal acento na confiabilidade para com a escrita forçou a oralidade para um papel secundário e marginal na construção da realidade. Sua função acabou por se vincular consideravelmente com a pessoalidade, a intimidade, a subjetividade (PORTELLI, 1996).

A História Oral, metodologia contemporânea de coleta, análise e teorização sobre processos narrativos, contribui para evidenciar seu caráter social. Obviamente sob diferentes aspectos, tanto a narrativa quanto a escrita necessitam responder a critérios de confiabilidade, veracidade, manipulação, originalidade, recorrências, etc. Essas aproximações podem nos levar a pensar mais em complementaridade do que em distanciamentos intransponíveis. São formas de construção social em que seus elementos devem passar por crivos específicos de verificação.

No que tange à História Oral, Teresa Haguette (2005) aponta que, como qualquer recurso metodológico, apresenta potencialidades e limitações. Por encontrar-se envolvida na perspectiva da memória dos depoentes, a utiliza “como fator dinâmico na interação entre passado e presente, fugindo ao aspecto estático do documento escrito que permanece o mesmo através do tempo” (p. 93).

Tal dinamicidade é justamente apontada como qualificativo da fragilidade da História Oral. Entretanto, a autora aponta que aí também se encontram suas potencialidades. Da mesma forma que o documento, como apontado anteriormente, as narrativas necessitam de atenção quanto ao seu conteúdo ideológico, manipulatório.

O ponto de confluência com o destacado no início deste texto sobre a veracidade do documento arquivístico encontra-se na perspectiva metodológica da História Oral. Como afirma Haguette, “precisa-se considerar que a HO está preocupada com o que é relevante e significativo para a compreensão da sociedade e não na acumulação anárquica de supostas peças de evidência que não acrescentam nada aos dados já existentes” (2005, p. 93). Isso significa que a intenção de organizar os dados apresentados pelos entrevistados, fornecendo elementos de compreensibilidade do real apontado, assemelha-se à perspectiva arquivística de organização das informações registradas.

As narrativas, no entanto, condutoras de intenções baseadas nos “quadros da memória”, como apontava Halbwachs (1990, 1994), não se encontram presas a necessidades estritas de objetividade, veracidade e verificabilidade. Na própria intenção de manipulação, podem ser verificadas as conduções ideológicas do narrador. Seus planos de apresentação de uma determinada visão do mundo devem ser compreendidos no contexto de inserção de suas memórias no plano coletivo. Abrem potencialidades na apreensão do observador sobre as estruturas do que é narrado. A História Oral, portanto, não deve ser confundida como uma simples técnica de produção de material residual que completará as lacunas documentais. Está justamente para além de uma perspectiva reducionista do papel da oralidade. Documento, oralidade e memória podem confluir com seus apontamentos particulares sobre a realidade reconstruída pela contribuição dos seus produtores e de seus analistas.

Tratando da questão documental, podemos entender como componentes materiais da memória e da construção narrativa. Quanto aos materiais ou suportes da memória, autores como Pomian

(2000) afirmam tratar-se de vestígios de épocas passadas eleitas no presente como conteúdo de referenciais desse passado. Vestígios ou fragmentos de épocas passadas não representam, por si, referenciais de memória. O autor exemplifica com o fóssil. Este não passa de uma decomposição e modificação de um corpo animal ou vegetal. É o interesse do pesquisador, no presente, que confere a tal fóssil um sentido referencial ao tempo passado.

A tais vestígios irão se juntar outros, projetados, estes sim, para transmitirem à posteridade lembrança de feitos, personalidades ou acontecimentos. São os denominados “documentos-monumentos” (LE GOFF, 1996; GLÉNISSON, 1961), forjados para se tornarem vestígios programados do passado.

No processo de transmissão da memória, a linguagem é um elemento fundamental, sendo considerada como diferenciadora principal da transmissão da memória entre os seres humanos. É uma das características de diferenciação da memória animal ou vegetal transmitidas geneticamente (POMIAN, 2000).

A memória transgeracional é aquela transmitida por meio das narrativas, dos vestígios e dos documentos-monumentos. À medida que a narrativa é substituída pela informação (BENJAMIM, 1986) e que os vestígios, os fragmentos ou as relíquias passam a fazer parte das coleções, destacadas de suas funções de uso e resguardadas da degradação, tornam-se formas de transmissão seletivas, atendendo a interesses e perspectivas institucionais de centros ou instituições de memórias, tais como museus, bibliotecas e arquivos. Passam, assim, a ser entendidas como memórias transindividuais, em que os objetos destacados da experiência direta dos indivíduos remetem à memória como estimuladores que se encontram exteriores aos indivíduos (POMIAN, 2000).

Memória é, pois, entendida por nós a partir da sua multiplicidade de possibilidades, como criação, projeção de quadros sociais, transmissão transgeracional ou transindividual. Ora as narrativas reproduzem as perspectivas da oficialidade, ora são reinterpretadas pelas projeções subjetivas, ora transmitem-se pelos vestígios e pelos monumentos erigidos e eleitos a partir do presente para interpretar o passado.

4 ARQUIVOS DO REGIME MILITAR NO BRASIL E O ACERVO DE DOM ADRIANO HYPÓLITO

Dentre os vestígios e os objetos do passado, destacamos o documento arquivístico como elemento fundamental para a reconstrução do período que nos interessa: o regime ditatorial.

Nas últimas décadas, a questão do acesso às informações contidas nos documentos produzidos pelos órgãos de repressão vem ganhando vulto. A discussão deixa de ser exclusiva dos acadêmicos para surgir nos meios de comunicação social. O pesquisador Carlos Fico aponta algumas dessas ocorrências que impulsionaram a discussão em âmbito mais amplo na sociedade brasileira. Tais acontecimentos teriam favorecido a discussão sobre a abertura dos documentos daquele período. O primeiro acontecimento foram os procedimentos para a busca pelo paradeiro dos restos mortais dos que lutaram na chamada “guerrilha do Araguaia”. Outro acontecimento foi provocado pelas controvérsias em torno das indenizações pagas a ex-presos políticos. O terceiro acontecimento foi a publicação, pela imprensa, de supostas fotografias do jornalista Vladmir Herzog, as quais

teriam sido tiradas antes de sua morte pelos órgãos de repressão. As notícias sobre a queima clandestina de documentos sigilosos na Base Aérea de Salvador, Bahia, compõem esse quadro que levou a discussões mais amplas sobre a necessidade de preservação e acesso aos documentos arquivísticos. Por fim, os debates sobre a abrangência da Lei da Anistia de 1979, que beneficiava também os torturadores, foi outro acontecimento que contribuiu para incrementar as discussões (FICO, 2008).

Acrescento a esse quadro a entrada no poder, principalmente em instâncias federais, de quadros de militantes que atuaram no período de repressão e que foram presos e torturados. Posteriormente, com a intensificação dos debates e a presença de Dilma Roussef na Presidência da República, ex-presença política, assim como os avanços nos encaminhamentos legais, chegamos à publicação da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, 19 de novembro de 2011). No momento é a legislação com a qual nos deparamos para buscar acesso aos documentos arquivísticos produzidos naquele período. Juntamente a isso foi instalada a Comissão Nacional da Verdade em 16 de maio de 2012. Muitas críticas e apoios têm sido manifestados a essas duas instâncias, o que vem motivando posicionamentos diferenciados e análises acadêmicas jurídicas e sociológicas.

De qualquer forma é possível, por esses movimentos, compreendermos a relevância e a urgência em que se colocam os documentos arquivísticos e as instituições de guarda no momento atual.

Autores como Carlos Fico (*Op. cit.*, 2008) não creem que os documentos do período ditatorial irão esclarecer determinados aspectos sobre aquele período, como a expectativa da opinião pública faz crer em alguns momentos. Por outro lado, os órgãos ditatoriais no Brasil foram dos que mais documentaram seus atos, o que favorece a ampliação do conhecimento sobre aquele período e, principalmente, as possibilidades de diálogos com as narrativas coletadas até o momento.

Outro aspecto importante a ser lembrado é que, em 2008, somente 5% dos documentos liberados haviam sido estudados na perspectiva histórica profissional, conforme estimativas de Fico (*Op. cit.*, 2008). Esse aspecto aponta para as inúmeras possibilidades de novas descobertas e de revisões sobre os acontecimentos. Os documentos administrativos sem relações diretas com as perseguições ou com as torturas podem, por sua vez, ser importantes no esclarecimento de rotinas administrativas dos órgãos ditatoriais e de seus agentes.

Os documentos arquivísticos sobre o regime ditatorial podem ainda esclarecer sobre divergências internas do regime, demonstrando a heterogeneidade entre os grupos. Ajudam também no confronto com a memória sobre o período.

Talvez mais importantes, tais pesquisas têm servido para que a história do período enfrente questões delicadas, notadamente quando em confronto com a memória sobre o período, como é o caso da responsabilidade, sempre negada, dos oficiais-generais pela tortura e pelas mortes de prisioneiros, ou da inexistente relação de causalidade entre o endurecimento do regime e a opção da esquerda pela luta armada.

A complexidade da rede de arquivos no Brasil, além de suas relações com as divisões político-administrativas, demonstram a relevância dos documentos no processo informacional e memorialístico. Temos ainda os arquivos privados de interesse público e social e a existência de parcelas de acervos públicos em instituições privadas e centros de documentação ligados a universidades e institutos de pesquisa. Motivados por esse aparato documental e pela potencialidade

de seus usos, o direito à memória torna-se hoje parte dos direitos do homem, em uma perspectiva mais ampliada do que a de cidadania (ANTUNES, 2008).

Com a transição democrática, os arquivos dos organismos de repressão se tornaram uma fonte singular, como testemunhos da atuação de tais entes a serviço do Estado autoritário. As informações contidas nestes acervos demonstram práticas que foram usadas no exercício das atividades repressivas. Nos tempos atuais, servem como instrumento essencial para o fortalecimento de novas relações sociais e, conseqüentemente, para a consolidação do processo democrático. (p. 15)

Tratando do processo de busca e recolhimento dos documentos do período ditatorial por vias legais, Ishaq e Franco (2008) apresentam o resultado de pesquisas sobre os órgãos de informação, identificando suas diferentes funções, o progresso e as mudanças na coleta e na utilização das informações. Mostram que havia intensa circulação de informações entre esses órgãos. Portanto, podemos compreender a relevância do contato com essa documentação. As principais dificuldades são os órgãos que afirmam desconhecer o paradeiro de documentação, órgãos que afirmam terem seus documentos destruídos, sendo que esses mesmos órgãos não apresentam nenhum relatório sobre o fato ou os termos de destruição. A não localização dos acervos dos serviços secretos das forças armadas, por exemplo, representa uma importante lacuna, a qual deve ser preenchida (ISHAQ; FRANCO, *Op. cit.*, 2008).

Lembro aqui de países como Uruguai e Peru, onde a História Oral e os depoimentos foram fundamentais para suprir a ausência de documentos. Foram importantes para a reconstituição dos fatos sobre aquele período.

Nosso interesse pela atuação dos agentes religiosos no enfrentamento ao regime ditatorial passa pela compreensão da importância da reconstituição dos relatos e da produção e organização de documentos para a manutenção e a disseminação de memórias sobre o período.

5 MEMÓRIAS DE ENFRENTAMENTO: RELIGIÃO E MILITÂNCIA – FORMAÇÃO E CONSCIÊNCIA POLÍTICA

O acervo de Dom Adriano Hypólito, em Nova Iguaçu, o qual vem sendo estudado por nós desde 2009, é um exemplo de constituição deliberada de memórias. Ele é composto por fotografias, cartas e recortes de jornais produzidos ou coletados ao longo dos anos em que passou pela Diocese. O incentivo para a constituição do arquivo e o apoio dado à sua organização possibilitam compreendermos a importância a ele atribuído.

Além de constituir-se em relato sobre o período, em que sofreu perseguição, sequestro e tortura psicológica, o acervo é uma possibilidade de construção identitária de si projetada para a manutenção da fidelidade dos adeptos na militância pelos direitos humanos e pela organização popular.

O próprio Dom Adriano foi quem criou o Arquivo da Diocese. Destinou todo um andar do prédio da Cúria Diocesana para as suas instalações. O atual bispo também parece apoiar a existência do Arquivo, continuando a reservar um andar inteiro para ele com a mudança da Cúria para uma nova sede. O responsável pelo Arquivo diz ficar impressionado com o fato, mas apresenta uma justificativa a partir de sua visão:

Dom Adriano foi o terceiro bispo de Nova Iguaçu. Ele teve um papel muito importante. Ele criou o Arquivo. Todo esse andar aqui foi destinado para ser o Arquivo, o que é uma coisa rara no Brasil, um bispo, que num prédio administrativo reserva um andar todinho para ser um arquivo, isso é raro. (...) A gente vai pra nova sede, toda a Diocese, toda a Cúria. A gente vai lá para Moquetá, outro bairro. Este prédio vai ser alugado. O Arquivo vai ser a mesma coisa disso aqui, o andar todo do prédio como aqui, o andar todo. Então, lá também vai ser a mesma coisa, o andar todo, porque o quinto [andar] não funciona, então vai ser a mesma coisa, vai ser o quarto andar de um prédio. Vai ser um espaço grande também. Mas muita gente da Diocese não sabe da existência do Arquivo... E é muito questionado também... Porque precisa ter um arquivo, com dois funcionários? Quem paga meu salário, o salário da G.? Pra que isso? É despesa. Ainda mais como a Diocese está com dificuldades econômicas. Então é difícil as pessoas compreenderem isso, ver que é importante. A vantagem que nós temos [atualmente], é que temos um bispo que é italiano, e a Itália, tem uma tradição na área de patrimônio histórico. Então ele tem essa sensibilidade. Tudo ele passa pra mim. Ele não me atrapalha em nada, ele valoriza.

Mesmo não tendo sido italiano ou espanhol, Dom Adriano Hipólito, naquele período, talvez tenha descoberto o valor da preservação da memória como forma de manutenção da própria identidade da Diocese. Talvez tenha projetado a continuidade de sua missão nos seus recortes guardados, destinados à perenidade por meio de uma instituição de memória: o Arquivo. Tendo o bispo tido ou não tal projeção, Lacerda acredita que o Arquivo cumpre a missão de ser um guardião da memória da Diocese. Segundo ele, diversas pastorais, grupos e Movimentos recorrem aos documentos quando ocorre a preparação de algum evento relevante. A recordação de algum fato, a celebração de alguma data relevante e o reforço de algum tema serão muitas vezes buscados nos documentos guardados naquele setor da Diocese. Para ele, o Arquivo cumpre sua missão ao

preservar a memória da Diocese, a memória histórica da Diocese, subsidiar a Diocese na sua ação pastoral. Vamos supor, agora está tendo muita violência, voltou de novo, então, a Diocese quer desencadear a campanha contra a violência, então no Arquivo a gente vê o que a Diocese já produziu no passado desde a década de sessenta sobre a violência, dossiês, tudo. Então eu mando esse material para o encontro de pastoral. Quando uma paróquia está fazendo cinquenta anos, aí eu faço um levantamento. Às vezes um padre morre... Agora dois padres morreram e a gente não tinha nada da vida desses padres, porque quando esses padres estavam vivos, eu não podia ficar pegando coisas da vida pessoal deles, só depois que morre. Então agora eu tenho que levantar a vida desses dois padres. O Arquivo tem uma função pastoral que é estar subsidiando a Diocese em sua ação, a ação pastoral. Então essa é a função do Arquivo, dar subsídios, estar orientando.

Há também uma produção literária e jornalística que é feita para circular nos diversos espaços da Diocese. Há colunas no jornal informativo da Diocese, o Jornal Caminhando, que possuem um cunho memorialístico, reafirmando os fatos do passado, os lugares e as pessoas selecionadas por sua relevância. Assim, um padre que falece ou que celebra bodas de ordenação sacerdotal, um templo considerado como patrimônio cultural da região, entre outros. A produção mensal do jornal permite selecionar e difundir material a partir do acervo do Arquivo. Dom Adriano é uma figura que, praticamente todo mês, aparece no informativo.

Partimos da perspectiva dos documentos arquivísticos e seus sentidos de existência e de uso visando a ampliar a questão. Pelo que vimos anteriormente, a História Oral possibilita o diálogo com tais documentos em vista de uma compreensão mais ampla dos períodos, das pessoas, dos acontecimentos e das construções memorialísticas sobre eles. As narrativas são fundamentais, pois apresentam visões de mundo por vezes convergentes, por vezes divergentes e mesmo contraditórias sobre o mesmo fato. Vimos tentando ampliar nossas bases empíricas para outros acervos documentais e para agentes religiosos diferenciados em termos de experiências, perspectivas e campos de ação.

Nosso quadro de entrevistados é composto por agentes leigos, padres, sacerdotes dispensados do ministério e bispos. Todos passaram, direta ou indiretamente, pelo enfrentamento ao regime civil-militar. Exercem hoje funções ligadas a direitos humanos, formação de consciência crítica, partidos políticos, sindicatos, Organizações não governamentais. Estamos lidando, portanto, com pessoas que continuam a atuar em frentes vinculadas ao universo religioso e sociopolítico.

Nossos entrevistados se encontram hoje entre os sessenta e um e oitenta e quatro anos. Compõem um quadro variado de militância nas diferentes regiões e dioceses em que se encontram, concentrando-se na Arquidiocese da Capital e em Dioceses da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A coleta de entrevistas, até o momento, abrangeu um padre, uma religiosa, dois leigos e dois ex-sacerdotes.

O padre atualmente é atuante na co ordenação da antiga Ação Católica Operária (ACO), hoje conhecida como Movimento de Trabalhadores Cristãos (MTC). O nome foi trocado, segundo ele, para abranger outros trabalhadores vinculados ao universo mais amplo do cristianismo, não se limitando ao catolicismo. O entendimento sobre o trabalhador e suas problemáticas e reivindicações também teria mudado. Não se identificaria mais com o conceito de operariado, preferindo-se o termo mais abrangente: “trabalhador”.

Esse padre foi perseguido e preso junto com outros padres e militantes cristãos. Aponta que foi responsável, juntamente com outros padres de sua congregação, por esconder e por ajudar a fugir para a clandestinidade e para o exílio inúmeros perseguidos políticos. A paróquia onde atuava servia como esconderijo para os perseguidos.

A religiosa entrevistada, hoje uma senhora de oitenta e dois anos, atua no Movimento de Trabalhadores Cristãos e no Sindicato das Domésticas. Não chegou a ser presa, mas teve vários membros de sua família presos, torturados, sendo que um teve que se autoexilar, e um sobrinho veio a falecer devido à tortura. Informou que, mesmo em pleno processo de redemocratização, sua correspondência estava sendo vigiada, sendo até mesmo aberta e lida antes de ser entregue em sua casa. Sua família foi intensamente vigiada durante o período ditatorial.

Uma leiga entrevistada era uma jovem professora naquela época. Conta que, aos poucos, foi se envolvendo nos movimentos reivindicatórios por meio do contato com o bispo de sua diocese, Dom Adriano Hypólito, com padres e com outros agentes de pastoral. Tanto ela quanto seu irmão foram vigiados e abordados por militares em determinados momentos. Ressalta ter vivido um misto de entusiasmo em meio à atuação social e de medo quando foi abordada diretamente pelos militares na loja de seu pai e na escola em que trabalhava. Depois que o bispo foi preso e torturado psicologicamente, deixado nu em uma rua deserta da cidade do Rio de Janeiro, pintado de vermelho em referência ao comunismo e à bomba colocada no altar do sacrário na catedral de Nova Iguaçu, o medo intensificou-se. “Se fizeram isso com um bispo, o que não fariam com qualquer outra pessoa?”, interroga a entrevistada.

O outro leigo, hoje um senhor de oitenta e dois anos, embora não tenha lidado diretamente com a perseguição do regime ditatorial, naquela época foi progredindo em consciência política, como ele mesmo afirma. Isso foi possibilitado devido a seu envolvimento com os sindicatos. Como trabalhador do comércio, envolveu-se, desde jovem, em lutas reivindicatórias. Posteriormente, a partir do aprofundamento do conhecimento sobre a atuação da Igreja católica em sua região, passou a acompanhar os trabalhos da Pastoral Operária, vindo a integrá-la mais tarde. Aponta que

sua entrada nesse movimento ocorreu depois de um curso sobre Bíblia no qual se propunha uma leitura das escrituras tendo como base a realidade social, política e econômica em que se vivia.

Outro entrevistado havia sido religioso e hoje integra uma Organização não governamental que desenvolve estudos sobre religião. Seu contato com o regime ditatorial não passou pelo enfrentamento direto devido às condições de sua formação religiosa. Recorda de alguns momentos, na juventude, como estudante de Teologia, que foram significativos. Embora soubesse de forma nebulosa o que acontecia no contexto nacional, algumas notícias sobre perseguição e tortura acabaram chegando de forma clandestina por um ou outro colega de congregação. Lembra-se de seu contato com alguns religiosos dominicanos que haviam sido libertados da prisão por terem envolvimento com grupos revolucionários e que foram estudar no mesmo instituto de Teologia. Ressalta que, mesmo assim, a realidade desses ex-prisioneiros políticos passava ao largo do conjunto de estudantes. Eram, inclusive, observados com desconfiança. Outro fator marcado como relevante foi o contato com o Frei franciscano Leonardo Boff, tendo esse terminado recentemente seu doutorado na Alemanha e trazia ideias inovadoras para o estudo teológico, como sua vinculação com a análise social.

Um fato marcou uma reviravolta em sua trajetória. Em dado momento, depois de terminados os estudos e de ser ordenado padre, ocupando o cargo de colaborador na paróquia onde morava, resolveu, juntamente com estudantes de Teologia e Filosofia e alguns leigos, encabeçar uma passeata de protesto sobre uma situação ocorrida na cidade. Conseguiu convencer o pároco a negociar diante do bispo uma “procissão”. Essa procissão escondia a real intenção de uma marcha reivindicatória até a prefeitura da cidade. Tudo organizado, ao iniciarem a procissão, começaram a aparecer cartazes de reivindicação e, à medida que se aproximavam da prefeitura, algumas palavras de ordem começaram a surgir dentre os participantes. Quando chegaram à prefeitura, o bispo, vários participantes e os militares descobriram se tratar de uma passeata. Conta que foram rapidamente cercados por um pelotão militar e forçados a se dispersarem.

O acontecido custou a ele e ao pároco a transferência. Ele foi enviado para a Baixada Fluminense. Afirmar que ali pode ter contato com outro tipo de organização da Igreja católica, voltada para a organização popular. Concorda que daí por diante passou a conhecer e a participar de maneira mais direta os processos reivindicatórios vinculados à Igreja católica.

O último entrevistado foi religioso e integra também uma Organização não governamental de estudos sobre religião. Seu trajeto se voltou desde cedo à participação na Ação Católica pela Juventude Estudantil Católica (JEC). A princípio, no Colégio onde estudava, a JEC mantinha um perfil conservador, ritualista e celebrativo. Era mais uma associação religiosa e menos um movimento de reivindicação estudantil. Mais tarde envolveu-se com a JEC de sua diocese e percebeu a diferença entre as duas realidades. No contexto descoberto, agora havia um nível de conscientização política inimaginável na JEC da qual era oriundo. Logo se instalou uma crise, pois passou a levar para lá as críticas que eram desenvolvidas na nova instância da qual agora participava. Desse encontro, afirma, surgiu sua tendência a se vincular a grupos que passaram à oposição ao regime ditatorial. Ingressou posteriormente em uma ordem religiosa juntamente com diversos colegas da JEC diocesana. Lá passaram a estabelecer vínculos mais estreitos com grupos de oposição, tornando-se o convento onde moravam em uma referência para militantes de esquerda e da luta armada. Esse fato transformou a ele e a seus colegas de ordem em inimigos do Estado ditatorial e em suspeitos constantes.

Por descuido das normas de segurança que circulavam entre os grupos de esquerda, foi preso junto com seus colegas e torturado durante vários dias. Eles foram processados e continuaram presos durante anos.

Talvez seja muito cedo para falarmos de táticas e das estratégias desenvolvidas por esses agentes religiosos, mas é nosso interesse evidenciarmos como esses agentes articulavam trabalho religioso e militância política e de enfrentamento. Podemos somente vislumbrar alguns, uma vez que a análise das entrevistas não foi completada e o quadro de entrevistados ainda não está esgotado.

Alguns entrevistados, ao falarem de seu período na prisão, aderem graça e riso à narrativa. Outros indicam que hoje é possível rir, mas que naquele momento havia muito medo, incerteza e indefinição quanto ao futuro. Preferiam pensar que aquilo iria passar e que o contexto iria mudar. Pensavam que algum bem deveria vir daquela situação. Estariam promovendo mudanças sociais, por isso era preciso resistir. Um dos entrevistados fala da simulação de uma doença para escapar da tortura. Disfarçava desmaios depois dos choques, alegando que sua idade já não permitia suportar aquele comportamento. Entre risos, afirma ter dado certo.

Outros, tendo sido presos ou não, desenvolveram ou aprenderam táticas para continuar fazendo circular informações entre os encarcerados e os militantes que continuavam em atividade. Era necessário fazer passar informações para a continuidade da atuação ou da esperança de mudança. Nesse sentido, quando não era possível passar informações em pedaços de papéis enrolados em canetas, as quais eram trocadas na prisão, a memória deveria ser a salvaguarda dessa transmissão. Conta-nos a religiosa que, ao visitar os presos, tinha que guardar tudo na memória, pois a revista era severa. Fazia também a transmissão de informações entre presos de regiões geográficas bastante distantes.

Mesmo não sendo envolvida diretamente com esses grupos, aprendia ou percebia os códigos de segurança com seus familiares envolvidos com organizações contrárias ao regime ditatorial. Havia senhas, lugares e disfarces a serem aprendidos e seguidos. Podemos ainda compreender como tática a transformação do que antes era pensado como procissões religiosas e estritamente espirituais em caminhadas de reivindicação e protesto de cunho religioso, ao mesmo tempo sociopolítico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa investigação propõe o esclarecimento sobre as práticas de agentes religiosos no enfrentamento do regime ditatorial civil-militar no Brasil, especialmente compreendido a partir dos sentidos apresentados pelos próprios depoentes para suas práticas. Buscamos compreender ainda como as memórias sobre esse período são reapropriadas para a reafirmação identitária de um tipo de catolicismo vinculado à organização popular. Entretanto, não temos uma consideração a qual possamos denominar como final, mas apontamentos que nos levam à necessidade do aprofundamento das questões e a novas interrogações.

O princípio de incorporação de categorias reivindicatórias ao contexto religioso desses agentes não possui contradição. Devido a todo processo pelo qual passava a Igreja católica com a abertura proposta pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e pela própria sociedade ocidental de um modo geral, muitos religiosos passaram a compreender como parte de sua missão o envolvimento com questões sociais e políticas mais abrangentes. Devemos compreender que o religioso não passava a ser entendido como menor em relação ao social e ao político, mas eles parecem se retroalimentar.

A questão da memória é fundamental para esses depoentes. Alguns deles, em geral os leigos, os quais não participaram diretamente de instâncias mais amplas na hierarquia católica, assustam-se com a relevância de suas narrativas. Porém, ao ingressarem no universo da entrevista, vão ampliando o autoentendimento de sua participação naquele período, redescobrimo fatos e eventos os quais não haviam considerado como fundamentais para a concretização da participação eclesial diante de processos ditatoriais.

Os entrevistados que já possuem uma trajetória intelectual acadêmica diferenciada, ou que estiveram à frente de organismos sindicais ou eclesiais, que estão acostumados a redigir suas memórias sobre o período ou a organizar documentos que tratem de acontecimentos sobre a ditadura, apresentam narrativas mais coesas e, muitas vezes, sem grandes sobressaltos. Há ainda outros aspectos a considerar na constituição das memórias, como questões de gênero, as diferenciações profissionais, a diversidade de formação acadêmica, a procedência e a estrutura familiar. Todos esses elementos não esquecidos em nossas análises contribuirão para desvendarmos não só o ocorrido no período ditatorial no Brasil, mas as visões e as narrativas provenientes das diferentes experiências particulares e coletivas desses agentes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Jaime. O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1986): Memórias Reveladas. **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 13-28, jul./dez., 2008.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 197-225.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 13, p. 50-64, 1994.

FICO, C. A Ditadura Documentada: Acervos desclassificados do Regime Militar Brasileiro. **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 67-78, jul./dez., 2008.

GLÉNISSON, J. **Iniciação aos estudos históricos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Editora dos Tribunais, 1990.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Éditions Albin Michel, 1994.

ISHAQ, V.; FRANCO, P. E. Os acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informação do regime militar no Arquivo Nacional. **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 13-28, jul./dez., 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

MAINWARING, S. **A Igreja Católica e política no Brasil (1965-1985)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV. v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POMIAN, K. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Edição Portuguesa. Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. v. 42, 2000, p. 507-516.

PORTELLI, A. História Oral como Gênero. **Projeto História**, São Paulo, v. 22, p. 9-36, jun., 2001.

SILVA, et al. **Arquivística**. Teoria e prática de uma ciência da informação. Lisboa: Edições Afrontamento, 2002.

THOMPSON, P. História Oral e Contemporaneidade. **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, São Paulo, n. 5, p. 9-28, jun., 2002.